

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA COMPLEXIDADE DE UMA SOCIEDADE EM MUDANÇA NOS PAÍSES DO MERCOSUL

Andre Stein da Silveira¹
Marilia Morosini²

Resumo

O texto faz uma reflexão sobre a educação superior e suas potenciais contribuições para o futuro dos países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), considerando seus membros fundadores, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Apresenta questões sobre a importância da educação superior para o desenvolvimento das sociedades e discorre pelos temas, ambiente econômico social, competitividade, mercado de trabalho para o jovem e a formação à cidadania. O estudo mostra que o Mercosul é impactado pelas crises internacionais e a educação superior pode ser uma alternativa estratégica para a consolidação do bloco. As disparidades entre os países membros, demonstradas através das análises dos indicadores econômicos e sociais, podem ser minimizadas se houver uma melhor integração considerando a educação superior como instrumento estratégico para o desenvolvimento dos produtos, processos e serviços através da formação de profissionais e na aplicação da pesquisa, importante canal para gerar a inovação. A gestão institucional e a gestão estatal devem estar atentas às tendências futuras e as vocações desejadas em seu país. A consideração global-local é imprescindível. O estudo mostrou a concentração de estudantes da educação superior em diferentes áreas de vocação dos países membros despertando para o problema que já é realidade em alguns países, a falta de profissionais em algumas áreas estratégicas do país. Por fim os autores destacam a necessidade das organizações melhorarem a competitividade como forma de redução na taxa de desemprego e aumento no Produto Interno Bruto (PIB), paralelo a implantação de políticas de inclusão social, via acesso, permanência e sucesso na integralização do curso de graduação.

Palavras-Chave: Mercosul, Educação Superior, Gestão educacional, Políticas de inclusão

Abstract

The paper reflects on higher education and its contributions to the future of the countries of the Southern Common Market (Mercosur), considering its founding members, Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay. Presents questions about the importance of higher education for the development of societies and discusses the themes, economic environment, competitiveness and labor market for the young. The study shows that Mercosur is also impacted by international crises and higher education can be a strategic alternative for the consolidation of the block. Disparities among member countries, demonstrated through the analysis of economic and social indicators, can be minimized if there is a better integration considering higher education as a strategic tool for the development of products, processes and services through training of professionals and application of research, important channel to generate innovation. For both managers of higher education institutions (HEIs) must be integrated and aligned with the managers of educational policies. On the other hand, public managers should be

¹ Doutor em Educação/PUCRS; Mestre em Economia/UFRGS; Prof. Centro Universitário La Salle -UNILASALLE e Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação/PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. andre_stein@brturbo.com.br

² Pós-doutorado LILAS/UTexas. Pesquisadora 1B CNPq. Prof.a Faculdade de Educação/PUCRS. Coord.a CEES/PUCRS - Centro de Estudos em Educação Superior. Marilia.morosini@puccrs.br

aware of future trends and vocations in your desired country. The study showed the concentration of students of higher education in different areas of vocation member countries waking up to the problem that is already a reality in some countries, the lack of professionals in some strategic areas of the country. Finally, the authors highlight the need for organizations to improve their competitiveness in order to reduce the unemployment rate and increase in Gross Domestic Product (GDP) parallel the implantation of social inclusion policies, by access, persistence and success at the conclusion of the undergraduate course.

Keywords: Mercosur, Higher education, Educational management, Policies of inclusion.

Introdução

As Instituições de Ensino Superior (IES) vivem um momento singular no contexto social, histórico e econômico mundial. Esta assertiva se estende para os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul): além das funções de ensino, pesquisa e extensão de qualidade, é importante as IES estarem integradas e atentas aos novos momentos, dando conta das demandas locais num contexto global.

No plano econômico social o mundo se movimenta em meio a ciclos virtuosos e viciosos, o modelo econômico europeu dá mostras de esgotamento e a crise assola países em que nunca imagináramos. Os membros do Mercosul também são impactados pelos movimentos econômicos e políticos mundiais e também vem passando por significativas transformações nos últimos anos. Muitos desafios ainda estão por vir e uma questão que parece ser comum a todos eles é a educação como “mola” propulsora da economia: o caminho para o enfrentamento das crises impactadas pela instabilidade dos mercados internacionais.

No plano teórico defrontamo-nos com a crença da Sociedade do Conhecimento. Conceito ambíguo, voltado à formação de recursos humanos de alto nível em instituições universitárias, tendo como ponto comum de diálogo, entre os diferentes campos do conhecimento, a certeza de

...que o sólido edifício intelectual revela uma variedade e diversidade de approaches e diferenças fundamentais na interpretação do que seria a alma da Torre de Babel... Mas ... Fica claro que o intercâmbio entre os estudiosos não necessariamente requer um vocabulário comum e talvez isto possa trazer benefícios”. (NEAVE, 2006. p. 14)

A concepção de Sociedade do Conhecimento mantém as tensões já existentes entre posturas transnacionais e posturas regionais e locais. As primeiras (World Bank, 2013) buscam uma relação direta entre formação acadêmica e empregabilidade com foco num profissional competitivo.

O Banco Mundial está trabalhando para incentivar não só os resultados de melhor qualidade de ensino superior em todo o mundo, mas também para promover instituições de ensino superior mais eficientes que inovem e respondam positivamente a significativa alocação de recursos baseada no desempenho e em sistemas de prestação de contas. Tais melhorias podem estimular o crescimento econômico e ajudar a conter o fluxo de saída de capital humano altamente qualificado, apoiando culturas de qualidade e produtividade. (p. 2)

Esta concepção tem por suporte um processo de internacionalização voltado à transnacionalização e a educação como mercadoria governada por organismos multilaterais, como a OMC – Organização Mundial do Comércio. O WB vem desenvolvendo parcerias com: UNESCO, OCDE, IESALC e institucionalmente com Boston College's Center for International Higher Education (CIHE) e com State University of New York's em Albany e Buffalo e com Center for Higher Education Policy Studies (CHEPS), University of Twente, Holanda. Esta corrente dá prioridade a projetos e programas que podem trazer desenvolvimento e inovação pelo: Aumento da diversificação institucional na educação superior¹; Fortalecimento e desenvolvimento de capacidade da pesquisa científica e tecnológica; Melhoria da qualidade e relevância do ensino superior; maior promoção de mecanismos de capital para ajudar os alunos mais desfavorecidos; Estabelecimento de sistemas sustentáveis de financiamento para incentivar a capacidade de resposta e flexibilidade; Reforço das capacidades de gestão; e Reforço e expansão da capacidade das TIC para reduzir o fosso digital.

¹ O ensino superior geral refere-se a todo o ensino pós-secundário, incluindo, mas não limitado às universidades. As universidades são claramente uma parte fundamental de todos os sistemas de ensino superior, mas o conjunto diversificado e crescente de instituições de ensino superior públicas e privadas em todos os países – faculdades, institutos de formação técnica, faculdades comunitárias, escolas de enfermagem, laboratórios de pesquisa, centros de excelência, centros de ensino à distância, e muitos mais, - formam uma rede de instituições que suportam a produção da capacidade de ordem mais qualificada necessária para o desenvolvimento

No outro extremo, se alocam posturas que tem como base a diversidade e tendem a ser fundamentadas no conceito de equidade.

Sistemas terciários eqüitativos são aqueles que asseguram que o acesso, a participação e o resultado do ensino superior são baseados somente na habilidade inata do indivíduo e no esforço do estudo. Eles asseguram que o potencial educativo, em nível superior, não é o resultado de circunstâncias pessoais e sociais, incluindo fatores como situação socioeconômica, sexo, origem étnica, status de imigrante, local de residência, idade ou deficiência (SANTIAGO et al, 2008, p. 74).

O sistema educacional estará sendo eqüitativo quando os resultados da educação e da formação do alunado não dependerem de fatores geradores de “características iniciais” e quando o tratamento em relação à aprendizagem corresponder às necessidades específicas de cada um. (FELICETTI & MOROSINI, 2009).

GUMPORT, (2006) chama a atenção para a necessidade de estudos que se aloquem num campo híbrido que não se restrinja a um lado extremo ou a outro.

As concepções anteriormente apresentadas se refletem no plano de estado e no plano das IES. Neste contexto é importante que os gestores públicos entendam a importância das IES como fonte de conhecimento e inovação no contexto macro e microeconômico e consideram que a modernização das organizações empresariais e institucionais necessariamente passa pela integração da universidade, indústria e governo (ETZKOWITZ, 2009).

A qualidade da educação já não se faz apenas sob ponto de vista interno, ou seja, da estrutura física disponibilizada, da competência e formação docente, da metodologia e tecnologias empregadas, das atividades complementares e extracurriculares (FRANCO; MOROSINI, p.43). Esses elementos são fundamentais, porém seu efeito será efetivo na interação social entre seus atores.

Da mesma forma que na perspectiva global, na local, as duas correntes se fazem presentes: voltam-se ao mercado ou buscam construir a cidadania, com forte presença nas questões sociais: essas posturas não são excludentes.

Cabe ressaltar que internamente a instituição, em toda a sua amplitude deverá estar preparada para esse formato de atuação, com os integrantes envolvidos numa proposta modernizadora e integradora. Os desafios exigem novos modelos de governança, um novo entendimento do contexto em que estão inseridas e, sobretudo, do entendimento histórico e comportamental das gerações de alunos. Entre o global e o local é importante entender o desafio e a complexidade das interações sistêmicas. Temas como vocação econômica do município em que se está inserida, profissões e atividades necessárias à comunidade, pretensões do jovem estudante, necessidades pessoais e coletivas deverão fazer parte da governança e dos projetos estratégicos das IES. É importante colocar essas especificidades relacionadas a políticas democratizantes da Educação Superior: prevendo suporte a permanência e ao sucesso dos estudantes sejam por acesso universal ou por ações afirmativas.

Há de se pensar, assim como já fazem (embora ainda timidamente) algumas empresas integrantes do bloco, como estrategicamente as IES do Mercosul podem se integrar e aprender com as experiências exitosas. A proximidade dos países é um diferencial que poderá resultar em ampla integração e fortalecer a multiculturalidade entre alunos e classe docente. Novos projetos de inovação e desenvolvimento poderão ser desenvolvidos.

O texto propõe uma reflexão sobre as IES do Mercosul e uma maior integração entre as políticas públicas e o papel da educação superior como alavanca de inovação e desenvolvimento estratégicos. A complexidade de uma sociedade em mudança exige das instituições, sobretudo das educacionais, novas posturas em relação ao seu papel como formadoras de profissionais estratégicos, autônomos em seu pensamento, capazes de entender os novos cenários. O presente estudo traz à discussão o papel da

educação superior nas políticas de desenvolvimento do Mercosul.

Ambiente econômico social e a educação superior – nos países do Mercosul

O presente texto abordará os países que integraram a formação do Mercosul, estabelecida no *Tratado de Assunção* em março de 1991 (GREMAUD, 2004, p.545), quais sejam: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Tentativas anteriores, mas não exitosas, de integração são registradas na América Latina (LAREDO, In: MOROSINI, 1994). O Mercosul surgiu a partir de uma preocupação do Brasil em relação a sua fronteira Sul. A rivalidade entre Brasil e Argentina, ao final da década de 1960, foram inicialmente os motivos que levaram o Brasil a pensar em estratégias de aproximação e criação de um bloco comum. Segundo Seitenfus “Na América do Sul, a preocupação primeira do Brasil sempre foi sua fronteira Sul, o que demonstra uma rivalidade tão profunda quanto difusa entre Brasil e Argentina” (1997, p. 211-212).

A partir de 1970, o Brasil inicia uma política de aproximação como os países da América do Sul e lança as bases da cooperação bilateral. Na década de 1980 vários fatores convergiram para fundamentar os acordos que levariam a formação de um mercado comum. Dentre eles fatores econômicos como a crise da economia latino-americana, o crescimento descontrolado das dívidas interna e externa, elevadas taxas inflacionárias, crescimento demográfico. Todos os aspectos econômicos coincidiram com o afastamento do militarismo do comando dos países Brasil e Argentina, fortalecendo aproximações.

Em cinco encontros presidenciais ocorridos entre julho de 1986 a novembro de 1988 uma série de protocolos de cooperação, atas e anexos foram assinados com o foco em setores fundamentais para a economia. Por outro lado observa-se que não havia nada específico para a educação. Os projetos que mais se aproximaram do campo educacional foram *pesquisa em biotecnologia, centro de estudos*

econômicos e cooperação cultural, conforme apontado a seguir.

Os setores eleitos pelo processo de cooperação são os seguintes: bens de capital, venda de trigo argentino, complementação do abastecimento alimentar, expansão do comércio, criação de empresas binacionais, cooperação financeira, fundos de investimentos, energia, pesquisa em biotecnologia, centro de estudos econômicos, informação e assistência em caso de acidentes nucleares, cooperação aeronáutica, cooperação siderúrgica, transporte terrestres, transporte marítimo, comunicações, cooperação nuclear, cooperação cultural, administração pública, moeda comum, indústria automobilística, produtos alimentícios industrializados e cooperação fronteiriça. (SEITENFUS, 1997, p.213)

O processo de integração representou uma abertura maior das economias, com um aumento de competição nos dois mercados principais, Brasil e Argentina e, por via de consequência, uma necessidade de atualização tecnológica e maior eficiência nos processos produtivos. Apesar do esforço dos governantes para a consolidação do Mercosul ainda há o que evoluir. “O problema da coordenação de políticas macroeconômicas e as dificuldades que medidas unilaterais causam sobre os demais países é um problema bastante grave” (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR; 2004, p.550).

Segundo Piletti e Praxedes (1998) “A livre circulação de bens, serviços e capitais entre os países envolvidos transformou-se em estratégia para a busca de inserção competitiva em um cenário internacional caracterizado pela globalização...” (p.1). Segundo os autores o Mercosul alia os quatro países membros para competirem em mercados internacionais. Isso exigia das empresas, quando da criação do Mercosul, padrões de qualidade e competitividade acima daqueles praticados até então. O caminho para o atingimento das exigências dos mercados internacionais altamente competitivos passava pela educação. Nesse sentido a educação passou a ocupar um lugar central nas estratégias governamentais e

empresariais, "...por constituir um fator fundamental no processo de qualificação de recursos humanos para a produção e o consumo baseado em altas tecnologias, adequadas ao nível de competitividade internacional". (PILETTI; PRAXEDES, p.2).

O relatório da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) já apontava em 1993, através do documento *Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade* (Cepal, 1993: 9-10,) as necessidades de melhorar as questões educacionais.

Os desafios que devem ser enfrentados no processo de integração são de ordem bastante forte.. .estendem-se desde os relativos à concepção de integração universitária até as medidas práticas para a integração. Encaixam-se no primeiro caso a cristalização do foco da integração na lógica da competitividade de mercado.a integração não está restrita ao mercado econômico mas articulada aos aspectos sócio-educacionais que possibilitem tal integração (Morosini, 1994. p.32)

Há de se pensar e analisar o quanto a educação tem contribuído e o quanto ainda poderá contribuir para o desenvolvimento dos países integrantes do Mercosul. A inovação geradora de maior produtividade e eficácia tem como ponto de partida o ambiente educacional. É a Educação Superior e os Programas de Pós-Graduação que geram pesquisas capazes de interferir e modificar a

realidade social considerando os diversos atores nela envolvidos.

Durante reunião de cúpula do Mercosul realizada em 07 de dezembro de 2012 no Brasil, dentre os diversos assuntos tratados ficou claro que a necessidade de melhorar a integração do bloco e que a pesquisa é uma das soluções para isso. A presidente do Brasil, Dilma Rousseff anunciou duas iniciativas que serão adotadas pelo bloco: o Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica do Mercosul (SIM Mercosul), para ampliar os programas regionais de bolsa de estudos, e a criação da Rede Mercosul de Pesquisa.

Tudo isso exige também inovação tecnológica, aperfeiçoamento dos processos produtivos, expansão de nossa infraestrutura logística, capacitação massiva em áreas técnicas dos nossos povos e em setores estratégicos. Tudo isso sem renunciar às nossas políticas econômicas e sociais de inclusão e de redução das desigualdades". (Trecho da entrevista de Dilma Rousseff durante abertura da cúpula do Mercosul em 07/12/12- Agência de notícias do Governo Federal do Brasil).

Para entendermos melhor o comportamento e a evolução do Mercosul passaremos a discorrer sobre o bloco. As diferenças territoriais entre os países membros do bloco e a densidade populacional, nos fazem refletir sobre as disparidades que isso pode causar para o intrabloco e os impactos possíveis na própria integração.

Em termos populacionais as maiores disparidades estão entre Argentina e Brasil para com os demais. (Tabela 1)

Tabela 1: População dos países membros do Mercosul, 2013

PAÍS	POPULAÇÃO (Em milhões)	%
ARGENTINA	41,11	16,5
BRASIL	198,36	79,5
PARAGUAI	6,68	2,7
URUGUAI	3,39	1,4
Total:	249,54	100,0

Fonte: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/population.htm>

Cerca de 198 milhões de habitantes estão no Brasil o que representa quase 80% da população total do bloco. A Argentina vem logo depois, representando 16,5% e o menor país em termos populacionais é o Uruguai com cerca de 3 milhões de habitantes, 1,4% do total.

O volume territorial e populacional vai determinar as condições econômicas, pela maior oferta de recursos naturais e manufaturados, além da disponibilidade dos recursos humanos e, por conseguinte pela geração de capital. Observemos alguns indicadores econômicos dos países do bloco na Tabela 2.

Tabela 2: Principais indicadores econômicos do Mercosul

INDICADORES ECONÔMICOS	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI
Total do PIB - 2011 - (milhões de US\$)	448.165	2.476.651	22.890	46.710
PIB per capita - 2011 - US\$	10.994	12.594	3.485	13.819
Pop. de 15 anos ou mais de idade economicamente ativa 2012 - (Em %)	60,85	69,88	72,29	65,68
Mulheres de 15 anos ou mais de idade economicamente ativas - 2012	47,63	59,70	58,33	55,92
Gastos públicos com educação - 2009 - (% do PIB)	6,0	5,7	Não disponível	Não disponível
Investimentos em pesquisa e desenvolvimento 2008 - 2010 - (% do PIB)	0,60	1,16	0,06	0,43
Gastos públicos com saúde - 2010 - (% do PIB)	4,4	4,2	2,1	5,6
Entrada de turistas - 2010	5.325.000	5.161.000	465.000	2.353.000
Total da importação - 2009 - (milhões de US\$)	38.786,16	127.647,33	6.939,84	6.906,72
Total da exportação - 2009 - (milhões de US\$)	55.672,12	152.994,74	3.167,02	5.385,51

Fonte: http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php

O Brasil é detentor do maior volume de Produto Interno Bruto (PIB) ¹ seguido pela Argentina. Apesar da disparidade do volume de PIB do Brasil e da Argentina para com o Paraguai e Uruguai, observa-se um PIB per capita² bastante equilibrado entre Argentina, Brasil e Uruguai. Sendo que o Uruguai supera os demais países nesse indicador e o Paraguai possui o mais baixo volume.

Outro importante indicador observado na Tabela 2 são os gastos públicos com a educação que no Brasil ficou em 5,7% do PIB em 2009 e na Argentina 6,0% do PIB. O investimento em pesquisa no período de 2008 a 2010 no Brasil chegou quase ao dobro da Argentina (1,16% do PIB no Brasil contra 0,60% do PIB na Argentina). Esse é indicador quase ínfimo no Paraguai (0,06% do seu PIB).

¹ PIB: A medida individual de produção mais importante numa economia é o *produto interno bruto* (PIB), uma estatística que visa medir o valor total de bens e serviços gerados dentro dos limites geográficos de uma economia, num determinado período de tempo. (SACHS; LARRAIN, p.5).

² PIB per capita: É o nível do PIB por pessoa de uma nação. É o padrão mais usado para medir o desenvolvimento econômico. Pressupõe-se que as nações que têm grande PIB per capita – as nações ricas – têm maior nível de bem-estar econômico do que as de menor PIB per capita. (SACHS; LARRAIN, p.29).

Considerando a relação comercial internacional medida pela importação e exportação observa-se que a Argentina e o Brasil são superavitários, mas o Paraguai e o Uruguai importaram um volume maior do que as exportações (valores em milhões de dólares em 2009). Quanto a esse indicador cabe lembrar que a exportação de produtos *commodities*³, geram pouco valor agregado, por outro lado os países para se industrializarem necessitam importar *bens de capital*⁴ e outros produtos industrializados de alto valor agregado impactando na relação importação e exportação. Se por um lado exportam produtos com baixo valor agregado, há necessidade de importar bens de capital com alto valor agregado, gerando déficits na balança comercial. A fonte de vantagem competitiva para um país que concentra suas exportações em *commodities* é o custo (BAUMANN, 1996, p.201). Uma das alternativas para países que atuam com esses modelos é a escala, ou seja, exportar grandes volumes para compensar o baixo valor agregado, para isso a produtividade é um fator essencial para o sucesso estratégico.

³ Commodity: Produto primário, como café, soja, algodão, minério de ferro, etc.

⁴ Bens de capital: edifícios, máquinas, estrutura em geral (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., p.55)

Nesse contexto é importante a aproximação entre as organizações empresariais e as universidades. O volume investido em pesquisa aqui é um fator importante, através dela é possível inovar em produtos, processos e serviços gerando maior competitividade. A Tabela 2 mostrou que o nível de investimentos em pesquisa do Paraguai é de 0,06% e do Uruguai é de 0,43%.

Ainda no campo econômico, foram publicadas através da Carta de Montevideu (2011) informações relevantes sobre os 20 anos de Mercosul. Segundo o documento o fluxo de comércio intrabloco cresceu de US\$ 5,1 bilhões, em 1991, para US\$ 44,2 bilhões em 2010. As exportações intrabloco, que representavam cerca de 11% do total das exportações dos Estados Partes em 1991, cresceram de forma sustentada ao longo da década

de 1990, alcançando um auge em 1998, quando chegaram a represenar cerca de 25% do total. A partir de 2002 houve um gradual e consistente crescimento do comércio intrabloco chegando em 2010 a quase 16% de suas exportações globais. O documento revela ainda que, enquanto os produtos manufaturados respondem por cerca de 85% do comércio intrabloco, representam apenas cerca de 55% do comércio do Mercosul comparceiros extrabloco.

A situação econômica de um país se reflete nos indicadores sociais. Um país que cresce em termos de PIB, mas não melhora seus indicadores sociais não está se desenvolvendo. Para isso é necessário qualidade de vida, saúde, segurança, dentre outros fatores. A Tabela 3 a seguir apresenta os indicadores sociais nos países do Mercosul.

Tabela 3: Principais indicadores sociais do Mercosul, 2013

INDICADORES	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI
Índice de desenvolvimento humano - 2012	0,811	0,730	0,669	0,792
Esperança de vida ao nascer - 2012	76,1 anos	73,8 anos	72,7 anos	77,2 anos
População subnutrida - 2010 - 2012	Menor que 5%	6,9%	25,5%	Menor que 5%
Calorias consumidas - 2010 - 2012	2880 Kcal/dia	3.230 Kcal/dia	2.390 Kcal/dia	2.770 Kcal/dia
População com acesso a água potável - 2010	Sem dado	98%	86%	100%
População com acesso a rede sanitária - 2010	Sem dado	79%	71%	100%
Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade 2010	97,8%	90,0%	94,6%	97,9%
Taxa bruta de matrículas para todos os níveis de ensino - 2011	94%	87%	71%	89%

Fonte: http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php

O país com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹ é o Paraguai com 0,669 e o melhor posicionado do bloco é a

Argentina com 0,811. A esperança de vida ao nascer em 2012 é mais alta no Uruguai com 77,2 anos. A mais baixa é no Paraguai com 72,7 anos. Chama a atenção o indicador sobre população subnutrida que no Paraguai alcançou 25,5% no período de 2010 a 2012, enquanto que na Argentina e Uruguai é menor que 5% e o Brasil 6,9%.

¹ O IDH - Índice de Desenvolvimento Humano é um índice que vai de zero a 1, sendo que quanto mais próximo da unidade mais desenvolvido é considerado o país. Ele é uma média aritmética de três indicadores: i. um indicador de renda: o produto interno bruto *per capita*; ii. um indicador que procure captar a saúde da população, na verdade um indicador de longevidade: a expectativa de vida da população ao nascer; e iii. um indicador que retrate as condições de educação da população, esse indicador é uma média ponderada de dois outros indicadores: a taxa de alfabetização de adultos (dois terços) e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior (um terço). (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., p.84-85).

Outros indicadores da Tabela 3 ainda mostram a necessidade dos dirigentes olharem para o social, tanto no acesso a água potável e rede sanitária, que só o Uruguai atende 100% do indicador. A taxa de alfabetização no Brasil ainda

era a mais baixa em 2010, com 90%. A taxa bruta de matrículas para todos os níveis de ensino em 2011 era mais baixa no Paraguai, 71%. As questões sociais são de tamanha relevância para o bloco que os presidentes dos Estados Partes encomendaram aos órgãos do Mercosul um plano com políticas regionais na área social. Foi criado então o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) do MERCOSUL. O plano reúne políticas sociais comuns que visam a erradicar a miséria, a fome, a pobreza e o analfabetismo, além de universalizar os serviços de saúde pública, no âmbito do MERCOSUL, entre outros fins. Novamente pode-se questionar o papel da educação superior num processo de integração com os órgãos públicos e privados e instituições em geral com fins de melhorar a performance econômica e social dos países do bloco. Sob o ponto de vista da Educação Superior há muito em que se trabalhar, uma vez que as taxas de escolarização ainda são muito baixas.

Segundo o documento Indicadores Estatísticos do Sistema Educativo do Mercosul (2009) a Argentina mantém a melhor taxa de escolarização, 25,1% e o Brasil a taxa mais baixa, ficando em 14,6% de escolarização líquida em nível superior. Os índices nos mostram que ainda há um caminho longo a percorrer, onde os governos devem por em prática as políticas afirmativas gerando maior inclusão e permanência na educação superior. No caso brasileiro as políticas de acesso, permanência e sucesso estão buscando minimizar as desigualdades sociais, mas o caminho ainda é muito longo e complexo.

A complexidade e as particularidades de cada país exigem atitudes e ações em todo o sistema educativo para envolver os diversos atores no sentido de que as ações e planos previstos possam ser executados. É imperativo que se tenha um olhar para as vocações econômicas do próprio país e que o planejamento educacional esteja concatenado com as metas de médio e longo prazo. Para tanto, se faz necessário uma aproximação dos modelos de governança e gestão das instituições educacionais com os governos, afim de que, o conhecimento gerado na academia seja provedor de desenvolvimento econômico e social.

Para que isso ocorra, a política educacional em cada país no que tange a educação superior, pode ser um importante instrumento para nortear as instituições públicas e privadas. Nesse último caso residem questões estratégicas de difícil solução. Na iniciativa privada a oferta de cursos é dada a partir da percepção de cada instituição, cabendo aos órgãos reguladores autorizarem ou não o lançamento ou ampliação de novos cursos. Como o maior número de matrículas do ensino superior é atendido pela iniciativa privada falta aos governos estabelecerem mecanismos de aproximação para juntos estabelecerem metas que no longo prazo atendam os anseios e necessidades do país considerando as vocações e tendências.

O Quadro 1 a seguir apresenta os alunos da educação superior por áreas de conhecimento nos países selecionados do Mercosul em 2009.

Quadro 1: Alunos da educação superior por área de conhecimento nos países selecionados do Mercosul - 2009 (em %)

País	Nível	Educação	Humanas e afins	Ciências sociais	Engenharia	Ciências	Agricultura e veterinária	Saúde	Serviços	Outros
Argentina	Não Universitário	28,8	22,4	20,2	8,2	7,7	1,1	7,9	0	3,6
	Universitário	4,5	9,8	44,7	10,3	9,2	4,2	14,4	2,4	0,5
Brasil	Não Universitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Universitário	19,5	3,1	41,5	7,7	9,2	2,2	14,7	2	0
Paraguai	Não Universitário	74,1	0,1	3	2,5	1,7	0,2	15	3,3	-
	Universitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uruguai	Não Universitário	3,9	1,8	31,8	6	1,7	1,5	5,9	1	2,6
	Universitário	15,6	5	38,6	9,8	12,9	3,4	13,7	0,8	0,3

Fonte: Indicadores Estatísticos do Sistema Educativo do Mercosul.

Não universitário: curso pós - secundário - 2009; Universitário: curso realizado em universidades.

Em todos os países do bloco ocorre a concentração nas humanas e as engenharias apresentam níveis bastante baixos. Observa-se que na Argentina, no Brasil e no Uruguai a maior concentração está na área das Ciências Sociais, no Paraguai é a área da Educação que prevalece. O questionamento que podemos fazer é se os programas educacionais ofertados e estimulados pelos governantes estão afinados com o planejamento de longo prazo para seus países. Se a formação ofertada hoje irá contemplar as necessidades dos países para 10, 15, 20 anos ou mais. A educação superior forma para a vida no longo prazo, é necessário que se tenha esse olhar para garantir a empregabilidade dos egressos e, formar e desenvolver profissionais que atendam aos novos tempos e que, paralelamente, considerem sua formação para a cidadania.

O Plano Educacional 2011 - 2015 para o Mercosul, disponível no *site* oficial do bloco, apresenta os objetivos e detalha os planos que já estão em andamento com metas estabelecidas até 2015. O documento dá destaque as metas acordadas

pelos países na XX Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado, o Programa “Metas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários”. O plano aborda os principais desafios educacionais da região, para melhorar a qualidade e a equidade na educação para fazer frente à pobreza e à desigualdade. O documento destaca que o bloco assume o compromisso de investir mais e melhor na educação nos próximos 10 anos. O Plano SEM - Setor Educacional do Mercosul e 2021 devem estar em sinergia, segundo o documento.

Os objetivos estratégicos propostos são de suma importância para o desenvolvimento e consolidação do bloco Mercosul. Por outro lado, deve-se pensar e refletir no longo prazo e nesse contexto pensarmos a educação superior hoje e as necessidades futuras de acordo com os planos. O Quadro 2 a seguir apresenta as principais áreas do conhecimento da educação superior apontadas no relatório de Indicadores Estatísticos do Sistema Educativo do Mercosul (2009) e as principais economias e mercados atendidos pelo bloco Mercosul.

Quadro 2: Países, áreas de conhecimentos da Educação Superior com maior participação, principais economias e mercados

	Áreas do conhecimento da Educação Superior com maior participação percentual em 2009			Principais Economias	Principais Mercados	Meta 2021
	1ª	2ª	3ª			
Argentina	Ciências sociais	Educação	Humanas e afins	Máquinas, material de transporte, produtos vegetais, produtos minerais, eletro eletrônicos	Mercosul, União Européia, Nafta e Ásia	Definir: Para economia, atendimento de novos mercados internos e externos e necessidade de formação profissional
Brasil	Ciências sociais	Educação	Saúde	Agricultura, pecuária, minerais, metais e indústrias eletrônica, química, automotores e madeira	União Européia, Nafta, Mercosul, Ásia e Aladi	Definir: Para economia, atendimento de novos mercados internos e externos e necessidade de formação profissional
Paraguai	Educação	Saúde	Serviços	Agricultura, minérios e indústria alimentícia, bebidas, tabaco e manufaturas de não metais	Mercosul, União Européia, Ásia, Aladi, Nafta	Definir: Para economia, atendimento de novos mercados internos e externos e necessidade de formação profissional
Uruguai	Ciências sociais	Saúde	Educação	Produtos frigoríficos e têxtil, moinhos, manufatura de couro, agricultura e pecuária	Mercosul, União Européia, Nafta e Ásia	Definir: Para economia, atendimento de novos mercados internos e externos e necessidade de formação profissional

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: <http://www.ufrgs.br/nutep/mercosul/paises.htm> e Indicadores Estatísticos do Sistema Educativo do Mercosul - 2009.

O Programa “Metas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários” (<http://www.mercosur.int/edu/>) terá maior sentido se, estiver alinhado com as expectativas da economia para um período futuro. A formação de hoje dará o suporte necessário para a planta produtiva do país, mas deverá ser, antes de tudo a alavanca para os novos desafios, novas vocações. A educação superior, juntamente com a pesquisa desenvolvida pelos programas de pós-graduação

deverão contribuir fortemente para implementar a inovação em novos processos, produtos e serviços.

As áreas do conhecimento da educação superior com maior participação percentual em 2009, apresentadas no Quadro 2 evidenciam as áreas com maior número de estudantes matriculados (conforme apresentado no Quadro 1). Pode-se refletir o quanto essas áreas atendem a vocação econômica e os principais mercados do país.

Pode-se pensar, por exemplo, que a Argentina no longo prazo, queira desenvolver melhor sua vocação industrial para produzir máquinas e material de transporte. Para isso deveria formar mais engenheiros. Pela procura atual observa-se que essa área não está entre as três primeiras de preferência. Isso implica num esforço e reprogramação dos planos educacionais pelos gestores públicos e das instituições de ensino. O Uruguai, caracterizado com uma forte economia agrícola, agropecuária, coureira, possui baixa participação na área de agricultura e veterinária. Cabe identificar se essa continuará sendo uma vocação para o futuro.

Considerando esse contexto os países deveriam definir suas metas para a economia, para o atendimento de novos mercados intrabloco e mercados externos e a partir de então estruturar sua política de formação profissional na educação superior para o médio e longo prazo.

Mercado de trabalho para o jovem – perspectiva econômica e educacional – Mercosul

O mercado de trabalho é reflexo direto da capacidade que uma economia tem de gerar produção e riqueza. A produção de bens e serviços de uma economia é medida pelo seu Produto

Interno Bruto (PIB). A taxa de desemprego, de modo geral, nos países do bloco vem caindo nos últimos dois anos. Os mercados mundiais foram atingidos mais fortemente pela crise econômica de 2008 que impactaram os países da América do Norte e Europa.

A Tabela 4 apresenta a taxa de desemprego nos países do bloco Mercosul no período de 2003 a 2011. Observa-se que a Argentina possui a taxa mais elevada chegando em 2011 com 7,2%, porém cabe ressaltar que os índices são decrescentes desde 2006. O Brasil apresenta a menor taxa em 2011, com 5,9% e o Uruguai ficou com 6,3%. Os dados de 2010 apontam o Paraguai com uma taxa de 5,7%, porém não havia dados disponíveis até o fechamento do Boletim Nº 7 (Indicadores Macroeconômicos do Mercosul, 2012), fonte das informações.

Importante observar que todos os países apresentam queda gradual na taxa de desemprego e a educação nesse contexto tem um papel fundamental: Em momentos de crise, o grau de empregabilidade e a competitividade individual, estão ligados diretamente ao seu nível de formação. Assim, na retomada da economia aspira-se que o jovem esteja preparado para os desafios e as novas demandas do mercado.

Tabela 4: Taxa de desemprego aberto¹

Período ²	Países miembros/Paises membros				%
	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay	
2003	16,9	12,3	8,1		16,9
2004	13,6	11,5	7,3		13,1
2005	11,6	9,8	5,8		12,2
2006	10,2	10,0	6,7		11,4
2007	8,5	9,3	5,6		9,6
2008	7,9	7,9	5,7		7,9
2009	8,7	8,1	6,4		7,7
2010	7,8	6,7	5,7		7,1
2011	7,2	5,9	n.d.		6,3

1/ Población desempleada sobre población económicamente activa (PEA).

2/ La información corresponde al promedio trimestral del indicador.

1/ População desempregada sobre população economicamente ativa (PEA).

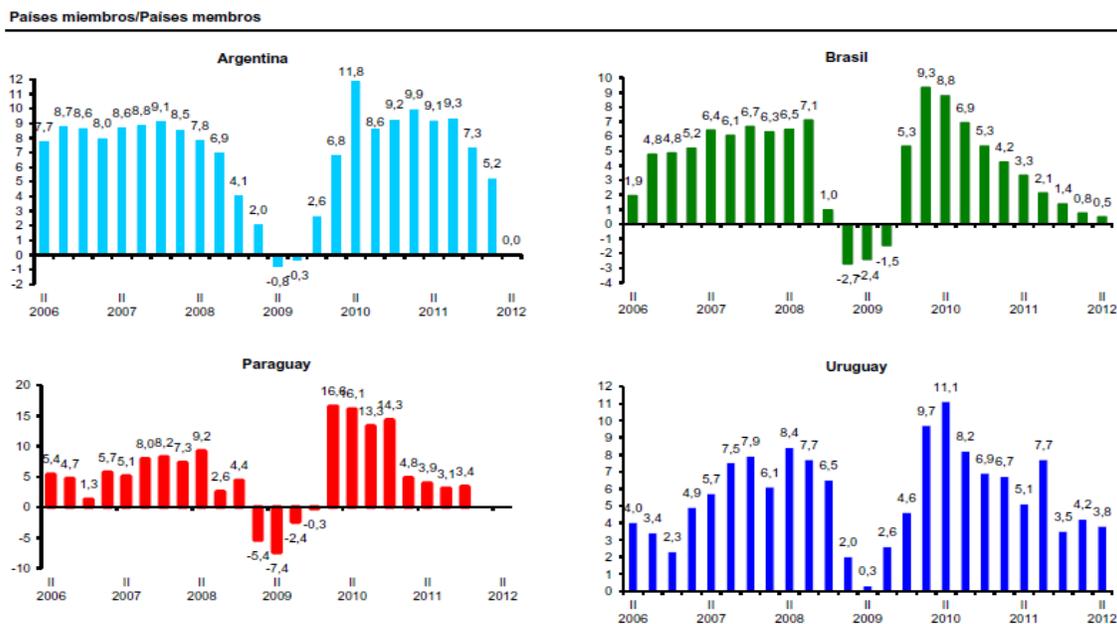
2/ As informações correspondem à média trimestral do indicador.

Fonte: Indicadores Macroeconômicos do Mercosul – Boletim Nº7 – Junho 2012

Apesar das taxas de desemprego estarem caindo as economias do bloco apresentam decréscimo na produção medida pelo Produto

Interno Bruto. A Figura 1 apresenta os gráficos sobre a variação do PIB em termos reais sobre o mesmo período do ano anterior.

Figura 1: Variação % do PIB em termos reais sobre o mesmo período do ano anterior



Fonte: Indicadores Macroeconômicos do Mercosul – Boletim N°7 – Junho 2012

Esses números nos levam a entender um pouco mais o aumento na participação de estudantes do ensino superior em diferentes áreas de vocação de cada país (Quadro 1). É uma alternativa que o próprio mercado vê para situações de crise. Quando ao longo dos anos setores tradicionais entram em crises as pessoas buscam sair desses setores e uma geração vai influenciando a seguinte. Se há uma crise para produtos tradicionais, e esses geram baixo valor agregado, acabam por impactar no crescimento de PIB. Nessas economias os jovens vão buscando novas profissões em outros campos. As áreas de Agricultura e Veterinária apresentaram baixos índices de matrículas no ensino superior, justamente nos países do bloco, tradicionalmente fortes nesse segmento, como Argentina e Uruguai. Enquanto que, como já analisado, as humanas e afins concentram as matrículas da educação superior.

Aspectos conclusivos

O educação superior é um elemento chave para o desenvolvimento e integração dos países do Mercosul. As disparidades podem e vão ocorrer em vários aspectos, a começar pelo tamanho do território, população, fatores econômicos e sociais, entre outros. A educação poderá ser o caminho estratégico para a integração. É através da educação que se produz inovação, desenvolvimento e construção da cidadania.

A América Latina vem sendo impactada por sucessivas crises mundiais e acreditamos que a consolidação do Mercosul é um fator essencial para o desenvolvimento e bem-estar da população integrante desse bloco. Ao longo dos mais de 20 anos de fundação houve diferentes prioridades, o mundo era outro, muitos projetos e ações foram criados e implementados. O bloco evoluiu, os indicadores mostram que o comércio intrabloco cresceu, que a queda de barreiras fez desenvolver as economias em

vários segmentos, e as políticas sociais tem diminuído o gap entre as classes indicando um aumento da classe baixa para a média em torno de 21%, no Brasil (IBGE, 2013), da mesma forma, que em alguns países está se buscando a democratização da educação, através de medidas de equidade, acompanhando os novos tempos.

Agora, paralelo a busca de melhores condições de vida para a população dos países envolvidos, o desenvolvimento e a competitividade são palavra de ordem e exigem profissionais de alta *performance*, exige estrategistas não somente nas empresas, mas em toda a cadeia macro e microeconômica de um país, e isso só se faz com uma educação superior adequada, de qualidade, que possa enxergar e contribuir para o futuro das nações. As decisões nas últimas reuniões da cúpula caminham para ações extremamente pertinentes no campo educacional. As medidas para a educação afirmativa, o incentivo à mobilidade acadêmica e também à pesquisa mostram a preocupação dos governos e a importância da educação para a melhora da competitividade do bloco para com o “resto do mundo”.

As metas acordadas pelos países na XX Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado, o Programa “Metas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários” e os planos definidos para os próximos 10 anos são importantes. No plano sócio econômico há de se analisar e planejar a educação superior sob ponto de vista também do “país que queremos ser”, ou seja, a melhor vocação para o futuro. Concomitante a esta projeção deve-se pensar e considerar a equidade das políticas: tratar diferentes de forma diferente.

O texto, embora careça do aprofundamento nos estudos, demonstra que haverá carência de profissionais em algumas áreas estratégicas dos países. O investimento na educação superior é um projeto de longo prazo. A oferta, expansão e adequação dos currículos dos cursos superiores devem estar alinhadas aos objetivos de longo prazo de uma sociedade e isso só é possível com políticas educacionais planejadas. O crescimento econômico de uma nação não pode ser impactada por falta de

profissionais como já ocorre em alguns setores específicos de país membro.

Esse é um desafio aos países do bloco, pois para lograr êxito há necessidade de integração entre várias áreas da sociedade. E não podemos ficar como bloco constitutivo da periferia da Sociedade do Conhecimento na ordenação desumana de um mundo binário - *Inhumantidiness of a binary world* (NEAVE, 2006 p.17), ou mesmo, internamente, de um país binário. Ao pensar o Mercosul devemos atender ao hibridismo econômico e social, considerando a educação e no caso, a educação superior um dos fatores imprescindíveis a esta integração.

Neste momento complexo GUNFORD (2006) chama a atenção para a importância de considerar fontes e forças mundiais para a mudança e as forças de continuidade (como heranças históricas da educação superior em um determinado país).

A crescente globalização cria um terreno ainda mais fértil para o estudo das mudanças nas práticas de ensino superior. Através da lente de formas estruturais (como a colaboração ou redes) e forças político-econômicas (mandatos do governo, mudanças nos mercados), os pesquisadores têm a oportunidade de estudar mudanças nos padrões de comunicação científica e parcerias institucionais e as conseqüências de atendimento para o ensino e pesquisa. E aí também se inscrevem as alterações em redes acadêmicas e sociais, abrangendo uma maior área geográfica do que nunca. (p.356)

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Agência de Notícias. **Abertura da cúpula do Mercosul** em 07/12/12. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/12/07/brasil-defende-integracao-das-cadeias-produtivas-do-mercosul-para-aumentar-competitividade>. Acesso em: 28 mai.2013.
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Lática. **Educação e conhecimento**: eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília, Ministério da Educação, 1993.

- ETZKOWITZ, Henry. **Hélice tríplice**: universidade-indústria-governo: inovação em movimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa. Cenários da educação superior e qualidade na gestão: desafios para a universidade. In: ISAIA, Silvia Maria de Aguiar (Orgs.). **Qualidade da educação superior**: a universidade como lugar de formação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.
- GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; TONETO, Rudinei Jr. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUMPORT, Patricia J. **Reflections on a Hybrid Field**: Growth and Prospects for the Sociology of Higher Education. In: GUMPORT, P. (Ed.) *Sociology of higher education: contributions and their contexts*. British Library: 2007. P. 325 – 363.
- IBGE **PAÍSES**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php> Acesso em: 06 jun. 2013.
- IBGE. **Pesquisa do IBGE**: Mais de 50% dos brasileiros estão na classe média. 20/09/2012.
- INEP. (2009). **MERCOSUR – Indicadores Estadísticos del Sistema Educativo del Mercosur 2009**. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/estatisticas/finish/18-estatisticas-estadisticas/105-indicadores-educacionais-mercosur-2009.html>> Acesso em 24 Mai.2013.
- MERCOSUL EDUCACIONAL – **Plano 2011 – 2015**. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/edu/>> Acesso em 29 mai. 2013.
- MERCOSUR – GRUPO DE MONITOREO MACROECONÓMICO. **Indicadores Macroeconômicos do Mercosul** – Boletim N°7 – Junho 2012 Disponível em <<https://www.gmm-mercosur.org/home>> Acesso em 05 jun.2013.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES-MERCOSUL. **O Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)**. Disponível em < <http://www.mercosul.gov.br/o-mercosul-na-vida-do-cidadao/plano-estrategico-de-acao-social-do-mercosul>> Acesso em: 05 Jun.2013.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – DELEGACÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO AO MERCOSUL E À ALADI. **Carta de Montevidéu número 16** – Abr. 2011. Disponível em <<http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Brasaladi/pt-br/file/Carta%20de%20Montevideo%20C3%A9u%20N%C2%BA%2016.pdf>> Acesso em: 04 jun.2013.
- MOROSINI, M. C. (Org.) **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez/CNPq., 1994.
- _____ (Org.). **Mercosul/Mercosur**. Políticas e ações universitárias. Campinas: Ed autores associados, 1998.
- NEAVE, G. (Ed.). **Knowledge, power and dissent**: critical perspectives on Higher Education and research in Knowledge Society. França: UNESCO, 2006.
- PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. **Mercosul, competitividade e educação**. *Estud. av.* [online]. 1998, vol.12, n.34, pp. 219-233. ISSN 0103-4014.
- SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN, Felipe B. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1998.
- SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- WORLD BANK. **Tertiary Education (Higher Education)**. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTEDUCATION/0..contentMDK:20298183~menuPK:617592~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:282386,00.html>. Acesso em 15.06.2013.